

Heitor Eduardo Cabral Bezerra

CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO, DEMOCRATIZAÇÃO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL E PRECEDENTES VINCULANTES

Um estudo sobre a relação
e a compatibilidade entre
suas premissas, ideias
e institutos

Prefácio:

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Ministro do STJ

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Heitor Eduardo Cabral Bezerra

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

B574c

Bezerra, Heitor Eduardo Cabral

Constitucionalismo contemporâneo, democratização da função jurisdicional e precedentes vinculantes : um estudo sobre a relação e a compatibilidade entre suas premissas, ideias e institutos / Heitor Eduardo Cabral Bezerra. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

232 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 211-217.

ISBN 978-65-5510-078-5

1. Direito constitucional. 2. Precedentes judiciais - Brasil. 3. Legitimidade democrática da jurisdição constitucional. 4. Função jurisdicional. 5. Constitucionalismo. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

1. Introdução.....	1
2. O processo de formação do Estado Constitucional de Direito e as premissas fundamentais do constitucionalismo contemporâneo	7
2.1 Do Absolutismo Monárquico ao Estado Liberal: noções de soberania	7
2.2 Do constitucionalismo liberal ao social: a evolução do processo de emancipação cidadã	19
2.3 O Estado Constitucional de Direito e os principais impactos do constitucionalismo contemporâneo	32
3. Os riscos contidos nos excessos do constitucionalismo contemporâneo e o problema da legitimação democrática da função jurisdicional	45
3.1 Síntese das principais críticas ao constitucionalismo contemporâneo e à expansão demasiada da função jurisdicional....	45
3.2 A compatibilidade teórica entre as ideias de legitimação democrática e o exercício da função jurisdicional.....	63
3.3 O devido processo legal como mecanismo capaz de contribuir para que a função jurisdicional seja exercida de maneira democraticamente legítima.....	79
4. O processo judicial como instrumento de democratização da função jurisdicional.....	83
4.1 O modelo procedimental deliberativo de democracia e a sua aplicabilidade ao processo civil.....	83
4.2 O neoprocessualismo e o modelo cooperativo de processo: o direito processual civil em conformidade com o constitucionalismo contemporâneo e suas exigências democráticas	96

5. O sistema de precedentes vinculantes no processo civil do constitucionalismo contemporâneo	121
5.1 Noções fundamentais acerca dos precedentes judiciais.....	124
5.2 O panorama legislativo estabelecido pelo Código de Processo Civil....	129
5.3 Os argumentos contrários aos precedentes vinculantes e a suposta incompatibilidade com o constitucionalismo contemporâneo e com o princípio democrático aplicado ao processo civil	142
5.3.1 A ideia de que os precedentes vinculantes são incompatíveis com a civil law	143
5.3.2 A propagada noção de que a obrigação de seguir precedentes engessa o Direito, impedindo ou dificultando o seu desenvolvimento	150
5.3.3 A ideia de que o sistema de precedentes vinculantes reduz a relevância da participação das partes, violando o princípio democrático aplicável ao processo civil.....	154
5.3.4 O argumento de que o sistema de precedentes vinculantes viola a liberdade interpretativa dos magistrados das instâncias inferiores	167
5.3.5 Conclusões parciais	173
5.4 As razões que fundamentam e justificam um sistema de precedentes vinculantes.....	175
5.4.1 A juridicidade e a igualdade.....	176
5.4.2 A segurança jurídica e os seus desdobramentos	181
5.5 A ponderação final entre a liberdade interpretativa dos magistrados das instâncias inferiores e os princípios buscados e privilegiados pelos precedentes vinculantes	190
6. Conclusão	197
Referências	211